

Um ponto de vista feminista negro sobre o aborto

RESUMO

Denize de Almeida Ribeiro
E-mail: ialode28@hotmail.com
Universidade Federal do
Recôncavo da Bahia, Santo Antônio
de Jesus, Bahia, Brasil

A teoria feminista negra, apoia a ideia de que as mulheres negras possuem a vivência de múltiplas e concomitantes formas de discriminação, e que, por conta de tal experiência, elas podem vir a desenvolver um "ponto de vista feminista negro" sobre diversas situações, o que as posicionaria num lugar de reação e luta contra as opressões de raça, gênero, classe, entre outras (Bairros, 1995). Neste artigo tem-se o objetivo de discutir a situação do aborto, como uma das formas de expressão das opressões de raça, classe e gênero, para as mulheres negras no Brasil. O estudo foi feito a partir de um levantamento nas Bibliotecas Virtuais da Saúde, de artigos que tratam do aborto em mulheres negras. Encontrou-se 14 artigos: Lilacs (06), Scielo (08) e Medline (0). Os resultados deste levantamento nos ajudam a compreender como se encontram as pesquisas sobre o aborto em mulheres negras no Brasil, reconhecendo ser esta uma pauta de relevada importância para a luta feminista negra. Considera-se ainda, que a escassez de estudos sobre o tema, evidencia os efeitos do racismo no campo das pesquisas e publicações, e demonstra a necessidade de aprofundamento, para uma análise dos impactos do racismo nas experiências reprodutivas dessas mulheres.

PALAVRAS-CHAVE: Aborto. Mulheres Negras. Feminismo Negro.

INTRODUÇÃO

Ser feminista negra implica numa vivência de experiências coletivas de opressões de gênero e raça, e de estratégias de superação, isto em uma sociedade que odeia tudo que é feminino e negro, como já apontava Audre Lorde (1983). Partindo dessa reflexão, considera-se o aborto um tema extremamente importante para as mulheres negras, que precisaria, portanto, ter uma maior visibilidade nos estudos e pesquisas em saúde no Brasil.

Isto porque, a discussão sobre o aborto em nossa sociedade nos leva a considerar perspectivas interdisciplinares de ordem legal, religiosa, cultural, moral, ética etc. E o setor saúde nem sempre enfatiza o grande problema de saúde pública que o aborto inseguro representa. Neste sentido, segundo Benedito Gonçalves Eugênio et. al. (2015) o estado só se coloca ao enfatizar o aspecto legal do aborto: que é de considerá-lo crime, quando as mulheres que o praticam são penalizadas. No entanto, nas diversas pesquisas realizadas em nosso país sobre o assunto, há um ponto de concordância: o aborto é sim um problema de saúde pública (DINIZ, 2007; MENEZES e AQUINO, 2009; DOMINGOS; MERIGHI, 2010; ANJOS et. al., 2013).

Torna-se imprescindível então, a realização de estudos sobre o tema na área da saúde, para analisarmos o problema da criminalização do aborto, dos casos de aborto inseguro e dos elevados índices de mortalidade materna oriundos de sua prática, questões que afetam principalmente as mulheres negras.

Sem dúvida, esse é um problema bastante complexo, que envolve discussões seculares sobre os direitos sexuais e reprodutivos e que repercutem sobre a mortalidade precoce da população negra, tornando-se mais uma forma de opressão sobre os corpos das mulheres negras.

Para a filósofa Ângela Davis (2016, p. 207):

Quando números tão grandes de mulheres negras e latinas recorrem a abortos, as histórias que relatam não são tanto sobre o desejo de ficarem livres da gravidez, mas sobre as condições sociais miseráveis que as levam a desistir de trazer novas vidas ao mundo.

A autora refere-se ao contexto norte-americano, ao analisar a luta naquele país pela descriminalização e pela garantia de procedimentos abortivos seguros para as mulheres, como parte das políticas de saúde. Davis afirma ainda, que muitas mulheres negras têm auto-induzido o aborto desde os primeiros dias da escravidão. "Muitas escravas se recusavam a trazer crianças a um mundo de trabalho forçado interminável, em que correntes, açoites e o abuso sexual eram as condições de vida cotidianas" (DAVIS, 2016, p. 207).

No caso do Brasil, Mariana Santos Damasco, Marcos Chor Maio e Simone Monteiro (2012), demonstram que a correlação entre elevadas taxas de natalidade e precarização das condições sociais de vida levou o país a uma política de planejamento familiar, que intervia no corpo das mulheres pobres, majoritariamente negras, promovendo um aumento também das práticas de esterilização cirúrgica, que foram objetos de denúncias e protestos, pelas militantes negras nos anos 70-90.

Tal tema foi de relevada importância para a emergência do movimento feminista negro no Brasil, que tem sua origem, segundo Damasco, Maio e Monteiro (2012), ligada as lutas por direitos sexuais e reprodutivos para as mulheres negras, e contra a esterilização cirúrgica, numa época em que essa era a política governamental, para reduzir a natalidade da população pobre.

Entretanto, ao pensarmos a origem do feminismo negro no Brasil temos que refletir sobre tal afirmação, pois na escravização as mulheres negras, tratadas como objetos de reprodução do sistema escravista, já recorriam a seus conhecimentos de origem sobre contracepção e métodos abortivos, utilizando-os como forma de luta e resistência, desde aquele período, como nos diz Davis (2016).

Então, poderíamos afirmar, talvez, que esta e outras formas de resistência a opressão racista e sexista fizeram das mulheres negras as primeiras feministas do país, identificando então, no período escravagista, a origem deste movimento de resistência, através da adoção de práticas abortivas.

Como exemplo de luta feminista temos a experiência da Irmandade da Boa Morte, de 1820, que segundo Ana Maria Silva Oliveira (2016), era formada só por mulheres negras, que compraram alforrias e libertaram outras e outros, se organizaram para promover sepultamentos dignos aos seus pares e defenderam seu pertencimento religioso de forma estratégica. Eram feministas, mas feministas negras, pois suas lutas, desde aquele período se diferenciavam das pautas do movimento feminista hegemônico, que se formou bem mais tarde.

No estudo de Emanuelle Freitas Goés (2018), por exemplo, demonstra-se, que na atualidade persistem maiores iniquidades relacionadas ao aborto para as mulheres negras. Em tal pesquisa percebe-se que tais mulheres experienciam contextos menos favoráveis à continuidade da gravidez, apresentando maiores dificuldades pessoais na busca de cuidado e no acesso à atenção hospitalar para efetivação das ações de saúde no pós-aborto.

Para Debora Diniz, Marcelo Medeiros e Alberto Madeiro (2017), partindo da análise da Pesquisa Nacional de Aborto 2016, no Brasil, há uma maior prevalência de aborto entre mulheres negras (pretas+pardas) que corresponderam a 29% do total de abortos realizados, as brancas 9%, as amarelas 13% e as indígenas 24%, naquele período. Demonstrando um percentual maior de mulheres negras e indígenas que recorrem a essa prática.

O principal método abortivo utilizado, ainda segundo a PNA (2016), é uma combinação de chás e cytotec (misoprostol) com a finalização em hospitais. Parentes e companheiros auxiliam em diferentes etapas do processo. Várias mulheres relataram nessa pesquisa, já ter ajudado outras mulheres a abortar após sua experiência individual.

Na elaboração deste artigo utilizou-se como ponto de referência três pesquisas: uma resultante da tese de doutorado de Goés (2018), que em seu estudo traz evidências de que o racismo e suas manifestações acompanham o percurso reprodutivo das mulheres negras, e que isso se agudiza nas situações de abortamento para aquelas que têm mais retinta a cor da pele (as que se autodeclararam pretas).

Também utilizou-se a dissertação de Mariana Santos Damasco (2009), em que a autora tem o propósito de investigar as interfaces entre gênero, cor/raça e saúde

pública no Brasil, tendo como foco a importância da saúde reprodutiva para a constituição de um feminismo negro no país, entre os anos de 1975 a 1993.

E o artigo de Débora Diniz, Marcelo Medeiros e Alberto Madeiro (2017), que traz informações da PNA de 2016, onde os dados são comparados aos da PNA 2010, quanto ao perfil das mulheres e a magnitude do aborto. Demonstrando que as mulheres negras são as que mais morrem, por conta do aborto no Brasil.

OBJETIVO

Dentro deste aspecto, este artigo tem o objetivo de realizar uma revisão de literatura das Bibliotecas Virtuais em Saúde (SciELO, Lilacs e Medline) sobre as publicações que se referem ao aborto em mulheres negras nos últimos 10 anos no Brasil. Busca, dessa forma, entender como tal problema vem sendo estudado pela área da saúde nos últimos tempos.

DESENVOLVIMENTO E METODOLOGIA

Inicialmente foi feito um levantamento entre os artigos das Bibliotecas Virtuais em Saúde (SciELO, Lilacs e Medline) utilizando como descritores: "Aborto" e "Aborto em Mulheres Negras".

No primeiro nível de análise selecionou-se todos os artigos que tratavam do tema "Aborto" de um modo geral, e foram encontrados os seguintes resultados: SciELO (1.786), Lilacs (3.607) e Medline (7.692), representando o total de artigos publicados com este tema, nestes sites, nos últimos 10 anos.

Já no que se refere ao termo: "Aborto em Mulheres Negras" foram encontrados os seguintes resultados: Lilacs (06), SciELO (08) e Medline (0), que representam um total de 14 artigos publicados com este tema, no Brasil, nos últimos 10 anos.

Vale ressaltar que, 02 desses artigos publicados no LILACS, tratam da saúde reprodutiva e trazem informações sobre as mulheres negras, mas não tratam necessariamente do aborto e, portanto, foram descartados da análise. Muitos destes artigos aparecem duplicados nos dois sites, totalizando, na verdade 05 artigos sobre o tema, e observa-se que no Medline não apareceu nenhum artigo utilizando este termo como descritor.

Buscou-se, dessa forma situar a investigação em como estavam as publicações na área da saúde sobre o tema, especificamente sobre as mulheres negras, entendendo que o aborto é uma questão relevante, mas também polêmica, o que geralmente inibe o número de publicações e mesmo de pesquisas na área.

Ao associar o tema do aborto às mulheres negras, mais complexa ficou a busca e reduziu o número de artigos, o que denunciava, na verdade, aspectos relacionados a invisibilidade dos impactos do racismo para a saúde reprodutiva de tais mulheres, como também a ausência de artigos e pesquisas na área da saúde considerando a dimensão racial.

Por outro lado, o reduzido número de publicações pode nos revelar talvez, o pouco interesse das revistas científicas sobre esse tema, ou ainda como o racismo institucional afeta mulheres negras e não-negras de forma diferenciada, tanto no acesso às ações de saúde, como também afeta as pesquisas e publicações,

invisibilizando a grave situação que as mulheres negras enfrentam, silenciando-se frente as dimensões do problema e minimizando as discussões a respeito na área.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados apontam que estudos e pesquisas sobre o aborto existem em uma quantidade expressiva na área da saúde, entretanto, já sobre o aborto em mulheres negras, são poucos os estudos que trazem essa perspectiva. Apesar de sabermos que as mulheres negras, por pertencerem a camada mais empobrecida e por conta do racismo institucionalizado, possuem uma maior dificuldade de acesso ao aborto seguro, estão, portanto, muito mais sujeitas a riscos a sua saúde reprodutiva, haja visto que o maior número de óbitos maternos acontecem, tendo como causa o aborto, e, em maior proporção sobre as mulheres negras.

Por conta disso, analisou-se os 05 artigos encontrados e que tratam do tema do aborto em mulheres negras, no Brasil, nos últimos 10 anos e o resultado foi o seguinte:

Quadro síntese dos artigos sobre aborto em mulheres negras - Scielo e Lilacs - 2019

Título	Autor(a)s	Ano	BVS	Síntese do Resumo
Cotidiano de mulheres com história de violência doméstica e aborto provocado. (Este artigo aparece 1x SCIELO 1X LILACS)	Couto, Telmara Menezes; Nitschke, Rosane Gonçalves; Lopes, Regina Lúcia Mendonça; Gomes, Nadirlene Pereira; Diniz, Normélia Maria Freire.	2015	SCIELO	O artigo teve como objetivo compreender o cotidiano de mulheres com história de violência doméstica que provocaram aborto. Realizou-se entrevista em profundidade com dez mulheres que estavam internadas na maternidade por aborto provocado e declararam vivência de violência doméstica. Na sua maioria, caracterizavam-se por serem negras, com baixa escolaridade, entre 18 e 40 anos. O processo de organização e análise dos dados baseou-se nas noções da Sociologia Compreensiva e nos pressupostos teóricos da sensibilidade.
Abortamento induzido: vivência de mulheres baianas (Este artigo se repete 2x SCIELO 1X LILACS)	Pereira, Vanessa do Nascimento; Oliveir a, Flávia Aelo de; Gomes, Nadirlene Pereira; Couto, Telmara Menezes; Paixão,	2012	SCIELO	Este foi um estudo qualitativo que teve como objetivo identificar situações que interferem na decisão pelo aborto e os sentimentos diante do processo de abortar. O estudo foi realizado em uma Maternidade Pública,

	Gilvânia Patrícia do Nascimento.			no Município de Salvador-BA, e os sujeitos foram constituídos por nove mulheres hospitalizadas por aborto provocado. Para a coleta de dados, foi utilizada a entrevista acompanhada por um formulário semiestruturado. Foram considerados os aspectos éticos baseados na Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. Para a análise das falas, usou-se como referencial a técnica de análise de conteúdo de Bardin. A amostra caracterizou-se por mulheres adultas eminentemente negras; casadas/união estável; dependentes financeiramente do companheiro. Na análise dos discursos, surgiram dois temas: Motivação e Sentimentos.
Itinerários e métodos do aborto ilegal em cinco capitais brasileiras (Este artigo se repete: 2XSCIELO 1X LILACS)	Diniz, Debora; Medeiros, Marcelo.	2012	SCIELO	O artigo apresenta os resultados da etapa de entrevistas estruturadas da Pesquisa Nacional de Aborto (PNA-entrevistas), descrevendo características das mulheres que fizeram ao menos um aborto ilegal, os itinerários e os métodos. Entrevistas estruturadas feitas em 2010 e 2011 com 122 mulheres entre 18 e 39 anos que abortaram, em cinco capitais brasileiras (Belém, Brasília, Porto Alegre, Rio de Janeiro e Salvador). Amostra não probabilística foi controlada por seis cotas, de acordo com nível educacional e idade, refletindo a estrutura social e demográfica encontrada na PNA-urna.

				A maioria das mulheres entrevistadas realizou apenas um aborto, mas uma em cada quatro realizou dois abortos, e uma em cada 17 realizou três abortos. A maioria dos abortos ocorre entre jovens até 19 anos, muitas das quais já tiveram filhos. Os exames mais comuns para identificar a gravidez são o beta-HCG sérico, o teste de urina de farmácia e o ultrassom.
Aborto provocado e violência doméstica entre mulheres atendidas em uma maternidade pública de Salvador-BA (Este artigo se repete: 1X SCIELO 1X LILACS)	Diniz, Normélia Maria Freire; Gesteira, Solange Maria dos Anjos; Lopes, Regina Lúcia Mendonça; Mota, Rosana Santos; Pérez, Bárbara Angélica Gómez; Gomes, Nadirlene Pereira.	2011	SCIELO	Estudo quantitativo, com o objetivo de estudar a violência doméstica em mulheres em situação de aborto provocado. Foram entrevistadas 147 mulheres internadas por aborto provocado numa maternidade pública, na cidade de Salvador-BA. Os sujeitos foram, na maioria, mulheres jovens, negras, com baixa escolaridade, dependentes economicamente dos cônjuges, que vivenciam violência psicológica, física e sexual cometida pelos cônjuges. Quase metade das mulheres vivenciou violência doméstica durante a gravidez atual, sendo este o motivo do aborto para 67% delas.
Aborto inseguro: um retrato patriarcal e racializado da pobreza das mulheres	Mirla Cisne; Viviane Vaz Castro; Giulia Maria Jenelle Cavalcante de Oliveira	2018	SCIELO	O objetivo deste artigo é analisar como a realidade do aborto criminalizado é um retrato e um reforço das desigualdades de sexo, raça/etnia e classe, que se coproduzem dentro do contexto da <i>sexagem</i> , ou seja, da coisificação e apropriação das mulheres pelos homens. Para tanto, realizamos uma pesquisa bibliográfica e documental, sob uma perspectiva de análise materialista, histórica e

				<p>dialética. A principal conclusão é que a criminalização reforça a lógica das desigualdades sociais no Brasil e no mundo, na medida em que as mulheres pobres e negras são as mais prejudicadas, as que mais morrem e que quase todos os abortamentos inseguros no mundo acontecem nos países de economia periférica. Assim, as consequências do aborto ilegal, sejam morais, de saúde ou econômicas, impactam, sobretudo, às mulheres pobres, negras, jovens e residentes em países de economia periférica.</p>
<p>Reprodução na juventude: perfis sociodemográficos, comportamentais e reprodutivos na PNDS 2006</p>	<p>Berquó, Elza; Garcia, Sandra; Lima, Liliam.</p>	<p>2012</p>	<p>LILACS</p>	<p>OBJETIVO: Analisar características sociodemográficas e do comportamento sexual e reprodutivo de mulheres jovens. MÉTODOS: Estudo populacional transversal com representatividade nacional sobre o comportamento sexual, contraceptivo e reprodutivo de 2.991 mulheres de 15 a 20 anos na Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher 2006. RESULTADOS: Mulheres do grupo A eram principalmente negras, mais pobres e com menor escolaridade. Tiveram a primeira relação sexual mais precocemente, comportamento contraceptivo mais desprotegido e menor conhecimento da fisiologia da reprodução em relação ao grupo B; as jovens do grupo C caracterizaram-se por maior frequência à escola e a preservação da virgindade para o</p>

				<p>casamento foi alegada por um 1/3 desse grupo. Para as mulheres com até 25 anos, a gravidez antes dos 20 foi percebida como tendo implicações mais positivas que negativas na vida amorosa, conjugal, social e autoestima.</p> <p>CONCLUSÕES: Há associação significativa entre gravidez antes dos 20 anos com maior pobreza e menor escolaridade. Na ausência de melhores condições de vida e de oportunidades, a gravidez, embora não prevista, configura-se como "projeto de vida" e não sua mera ausência.</p>
<p>Infecção pelo HTLV 1-2 em gestantes de Mato Grosso do Sul</p>	<p>Dal Fabbro, Márcia Maria Ferrairo Janini.</p>	<p>2008</p>	<p>LILACS</p>	<p>Objetivo: estudar os comportamentos epidemiológicos, virológicos e genotípicos do HTLV-1/2 em gestantes diagnosticadas durante o pré-natal de Mato Grosso do Sul, e em seus filhos, nascidos no período de novembro de 2002 a dezembro de 2005.</p> <p>Metodologia: foram incluídas mulheres atendidas pelo Programa de proteção à Gestante no período de novembro de 2002 a dezembro de 2005 diagnosticadas como infectadas pelo HTLV-1/2 através das técnicas ELISA, Western Blot e PCR.</p> <p>Foram incluídas 123 crianças nascidas vivas, 5 das quais evoluíram para óbito no primeiro ano de vida e 7 aguardam confirmação do diagnóstico. A infecção foi confirmada em 8 crianças, resultando em uma taxa de transmissão vertical de 7,2% (8/111). Conclusões: não foi observada diferença estatisticamente</p>

				<p>significativa com relação as variáveis maternas e nas crianças o que pode ser decorrência do pequeno tamanho da amostra estudada. Novos estudos são necessários para se conhecer os fatores de risco para a transmissão vertical do HTLV 1/2; estudos de coorte com protocolos clínicos que procurem observar o possível papel da antigenemia e titulação de anticorpos maternos durante a gestação, tipo de parto e período de aleitamento. Recomenda-se a implantação da testagem para anti-HTLV 1/2 em todas as mulheres.</p>
--	--	--	--	---

Fonte: Elaboração própria a partir de consulta ao: Scielo, Lilacs e Medline, em 22 de janeiro de 2019 e 21 de janeiro de 2020.

Da análise dos artigos nesse estudo observa-se que:

Segundo Mirla Cisne et. al. (2018)"a criminalização do aborto reforça a lógica das desigualdades sociais no Brasil e no mundo, na medida em que as mulheres pobres e negras são as mais prejudicadas, as que mais morrem e que quase todos os abortamentos inseguros no mundo acontecem nos países de economia periférica. Assim, as consequências do aborto ilegal, sejam morais, de saúde ou econômicas, impactam, sobretudo, às mulheres pobres, negras, jovens e residentes em países de economia periférica".

Para Telmara Menezes Couto et. al. (2015)

a vida cotidiana das mulheres que provocaram aborto é marcada pela vivência de violências domésticas da infância a adolescência e a idade adulta, expressas pelo abandono e rejeição, e também pela violência conjugal. A atividade sexual precoce guarda relação com a gravidez não planejada e a falta de apoio dos familiares e do companheiro.

As autoras chamam a atenção para a necessidade de que se desenvolva um olhar profissional para reconhecimento da violência doméstica como agravo à saúde das mulheres.

Já em Vanessa Nascimento Pereira et. al. (2012)

identifica-se que entre os motivos que levam ao aborto, encontram-se a dificuldade financeira, o número de filhos, a vivência de violência conjugal e a perda da autonomia feminina. O processo de abortamento gera medo de morrer, tristeza e alívio. As mulheres vivenciam o aborto induzido,

revelando um processo muito doloroso, desde o momento em que descobrem a gravidez, passando pela difícil decisão de interrompê-la. Quando não são ajudadas, essas mulheres perpetuam essa dor, vivendo dias de angústia e culpa.

Em Diniz et. al. (2011)

considera-se que existe uma associação entre a vivência de violência doméstica e o aborto provocado. Isso repercute na saúde mental das mulheres, que desenvolvem sintomas do transtorno de estresse pós-traumático. Necessita-se, portanto, de um olhar por parte dos profissionais da saúde, de modo a identificar a violência doméstica enquanto agravo e associá-la ao aborto provocado, o que requer transformações no modelo de formação, incorporando a violência doméstica como objeto da saúde.

Embora não faça parte dos artigos encontrados nesse levantamento, pois trata-se de uma tese e seus artigos ainda não tinham sido publicados no período de elaboração desse levantamento, o estudo de Goés (2018) evidencia que

o racismo e suas manifestações atravessam o percurso reprodutivo das mulheres negras com abortamento, estando elas em contextos menos favoráveis à continuidade da gravidez e apresentando maiores dificuldades pessoais na busca de cuidado, e, finalmente, no acesso à atenção hospitalar para efetivação dos cuidados pós-aborto.

Ela conclui afirmando que:

As reivindicações pela legalização do aborto não podem estar descoladas do enfrentamento ao racismo que estrutura a sociedade brasileira, nas suas diversas formas. A luta pelo acesso integral à saúde reprodutiva precisa compor a bandeira de reivindicações do movimento de mulheres e feministas (Goés, 2018, p. 96).

A autora ainda afirma que, sobre o tema do aborto, a lacuna da produção científica ainda é maior, pois embora as pesquisas apontem como as mulheres negras estão mais expostas a práticas inseguras de interrupção da gravidez, e ao maior risco de morrer por suas complicações, poucos discutem como o racismo afeta esta experiência reprodutiva.

Um fato que chama a atenção nos estudos é da correlação entre aborto e violência doméstica na vida cotidiana das mulheres que provocaram aborto, violências que acometem as mulheres da infância, a adolescência e idade adulta, expressas pelo abandono, rejeição, e pela violência conjugal. Os estudos nos chamam a atenção para a necessidade de que se desenvolva um olhar profissional para reconhecimento da violência doméstica, como agravo à saúde das mulheres negras e de sua relação com os casos de abortamento provocado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo de uma perspectiva feminista negra, compreende-se como são coletivas as opressões que afetam as mulheres negras, pois o racismo e as discriminações de gênero e classe agem simultaneamente sobre seus corpos.

Percebemos que a emergência e o desenvolvimento do “feminismo negro” no Brasil, se dá principalmente a partir das lutas de mulheres negras, ativistas ou não, em torno da busca por direitos sexuais e reprodutivos e contra as diversas formas de violência e de opressão.

Este processo emergiu também, no contexto de reflexões, conflitos e rompimentos no interior do movimento feminista hegemônico, especialmente durante a década de 1980, embasado nas críticas das militantes negras com relação à ausência de reconhecimento das especificidades das relações entre raça e gênero, no interior deste movimento.

As mesmas reflexões se deram ainda dentro do movimento negro daquele período, no que se refere a ausência de espaços para as discussões e inclusão de pautas, que dessem visibilidade as especificidades das lutas das mulheres negras e no reconhecimento das intersecções entre gênero e raça no interior do movimento negro.

Dessa forma, entendemos como o pensamento feminista negro eclodiu e ganhou corpo, desde as lutas e denúncias das mulheres negras escravizadas, aos enfrentamentos contra a criminalização do aborto e contra esterilização cirúrgica em massa num período mais recente, como um continuum dessas lutas, e, nos faz refletir sobre a situação do aborto na atualidade, diante da atual conjuntura política.

Nas situações de abortamento as mulheres negras e pobres, encontram-se sujeitas a um maior risco de morte, por conta da dificuldade de acesso a métodos seguros e das repercussões da violência conjugal. E essa iniquidade é perceptível também na invisibilidade das pesquisas, pela ausência de trabalhos que tragam uma análise dos impactos do racismo, como determinante social que marca as experiências reprodutivas das mulheres negras, O que torna as situações de abortamento mais uma forma de opressão de gênero, classe e raça, para tais mulheres.

Essa temática deveria merecer estudos mais amplos que atendam as dimensões reais do problema, pois não basta dizer que as mulheres negras morrem mais por que fazem mais abortos inseguros, os números precisam falar, dizer o que isso significa, responder por exemplo, porque temos apenas 05 artigos sobre esse tema em 10 anos de pesquisas? Apontar o quanto a discriminação racial, de gênero e a violência, tem feito vítimas e elevado os óbitos precoces de mulheres negras no Brasil.

Nesse artigo, buscou-se contribuir para provocar a discussão, mas percebe-se as limitações para esse estudo diante da necessidade de pesquisas, que aprofundem tal temática, não só na área da saúde, mas de forma interdisciplinar. Uma vez que, as dimensões de gênero, raça, classe e violência, em situações de abortamento, são questões que se interseccionam, oprimem e impactam a vida das mulheres negras. Portanto, considera-se que há necessidade de novos estudos em diversas áreas, e de forma interdisciplinar, para darmos respostas a um problema de saúde pública, que atravessa a vida das mulheres negras há séculos.

A black feminist view point on abortion

ABSTRACT

The black feminist theory supports the idea that black women experience multiple and concomitant forms of discrimination, and that, because of such experience, they may develop a "black feminist point of view" about different situations, what would position them in a place of reaction and fight against oppression of race, gender, class, among others (Bairros, 1995). This article aims to discuss the situation of abortion, as one of the forms of expression of oppression of race, class and gender, for black women in Brazil. The study was based on a survey in the Virtual Health Libraries, of articles dealing with abortion in black women. 14 articles were found: Lilacs (06), Scielo (08) and Medline (0). The results of this survey help us to understand how research on abortion among black women in Brazil is found, recognizing that this is an agenda of great importance for the black feminist struggle. It is also considered that the scarcity of studies on the subject, evidences the effect of racism in the field of research and publications, and also demonstrates the need for further study, in order to analyze the impacts of racism on the reproductive experiences of these women.

KEYWORDS: Abortion. Black Women. Black Feminism.

Un punto de vista feminista negro sobre el aborto

RESUMEN

La teoría feminista negra respalda la idea de que las mujeres negras experimentan formas múltiples y concomitantes de discriminación y que, debido a esa experiencia, pueden desarrollar un "punto de vista feminista negro" sobre diferentes situaciones, lo que los posicionaría en un lugar de reacción y lucha contra la opresión de raza, género, clase, entre otros (Bairros, 1995). Este artículo tiene como objetivo discutir la situación del aborto, como una de las formas de expresión de la opresión de raza, clase y género, para las mujeres negras en Brasil. El estudio se basó en una encuesta en las Bibliotecas virtuales de salud, de artículos que tratan sobre el aborto en mujeres negras. Se encontraron 14 artículos: Lilacs (06), Scielo (08) y Medline (0). Los resultados de esta encuesta nos ayudan a comprender cómo se encuentra la investigación sobre el aborto entre las mujeres negras en Brasil, reconociendo que esta es una agenda de gran importancia para la lucha feminista negra. También se considera que la escasez de estudios sobre el tema, evidencia los efectos de racismo en el campo de la investigación y las publicaciones, y también demuestra la necesidad de seguir estudiando para analizar los impactos del racismo en las experiencias reproductivas de estas mujeres.

PALABRAS CLAVE: Aborto. Mujeres negras. Feminismo negro.

REFERÊNCIAS

- ANJOS, Karla Ferraz dos; SANTOS, Vanessa Cruz; SOUZAS, Raquel; EUGÊNIO, Benedito Gonçalves. Aborto e saúde pública no Brasil: reflexões sob a perspectiva dos direitos humanos. **Saúde em Debate** • Rio de Janeiro, v. 37, n. 98, p. 504-515, jul/set, 2013.
- BAIRROS, Luiza. Nossos Feminismos Revisitados. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 458-463, 1995.
- BERQUO, Elza; GARCIA, Sandra; LIMA, Liliam. Reprodução na juventude: perfis sociodemográficos, comportamentais e reprodutivos na PNDS 2006. **Rev. Saúde Pública** [online]. São Paulo, v. 46, n. 4, p. 685-693. Epub July 10, 2012.
- CISNE, Mirla; CASTRO, Viviane Vaz e OLIVEIRA, Giulia Maria Janelle Cavalcante de. Aborto inseguro: um retrato patriarcal e racializado da pobreza das mulheres. **Rev. Katálysis**. Florianópolis, v. 21, n. 3, sept./dec, 2018.
- COUTO, Telmara Menezes; NITSCHKE, Rosane Gonçalves; LOPES, Regina Lúcia Mendonça; GOMES, Nadirlene Pereira; DINIZ, Normélia Maria Freire. Everyday life of women with a history of domestic violence and abortion. **Texto & Contexto - Enfermagem**. Florianópolis, v.24, n. 1, Jan-Mar, 2015.
- DAMASCO, Mariana Santos. **Feminismo negro: raça, identidade e saúde reprodutiva no Brasil (1975-1996)**. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2009. 159p.
- DAMASCO, Mariana Santos; MAIO, Marcos Chor; MONTEIRO, Simone. Feminismo negro: raça, identidade e saúde reprodutiva no Brasil (1975-1993). **Estudos Feministas**. Florianópolis, 20(1): 344, jan./abr., p. 133-151, 2012.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. Tradução Heci Regina Candiani. 1 ed - São Paulo : Boitempo, 2016.
- DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo. Itinerários e métodos do aborto ilegal em cinco capitais brasileiras. **Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 17, n. 7, p. 1671 – 1681, jul., 2012.
- DINIZ, Debora, MEDEIROS, Marcelo e MADEIRO, Alberto. A Pesquisa Nacional de Aborto 2016. **Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 653-660, 2017.
- DINIZ, Normélia Maria Freire; GESTEIRA, Solange Maria dos Anjos; LOPES, Regina Lúcia Mendonça; MOTA, Rosana Santos; PÉREZ, Bárbara Angélica Gómez; GOMES, Nadirlene Pereira. Aborto provocado e violência doméstica entre mulheres atendidas em uma maternidade pública de Salvador-BA. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 64, n. 6, p. 1010 – 1015, dez., 2011.
- DINIZ, Debora. Aborto e saúde pública no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v. 23, n. 9, p, 1992-1993, set., 2007.
- DOMINGOS, Selisvane Ribeiro da Fonseca; MERIGHI, Miriam Aparecida Barbosa. O aborto como causa de mortalidade materna: um pensar para o cuidado de enfermagem. **Escola Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 177-181. jan./mar., 2010.

EUGÊNIO, Benedito Gonçalves; AZEVEDO, Albert Lengruber de; VICENTE, Cristiane Teixeira da Silva. A Produção do Conhecimento sobre Aborto no Período de 2011-2014. **Caderno Sisterhood - Mulheres Negras e Aborto: autonomia e liberdade**. Santo Antônio de Jesus, v. 1, n. 1, p. 08-18, mar., 2016.

FABBRO, Dal e JANINI, Márcia Maria Ferrairo. Infecção pelo HTLV 1-2 em gestantes de Mato Grosso do Sul. Mato Grosso do Sul. **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**. Rio de Janeiro, v. 41, n. 2, p. 148-151, mar./abr., 2008.

GOÉS, Emanuelle Freitas. **Racismo, aborto e atenção à saúde**: uma perspectiva interseccional. 2018. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

LORDE, Audre. Olhos, nos olhos: mulheres negras ódio e fúria. **Sister Outsider**. CA.1983.

MENEZES, Greice; AQUINO, Estela Maria Leão. Pesquisa sobre o aborto no Brasil: avanços e desafios para o campo da saúde coletiva. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 25, suppl 2. p. S193-S204, fev. 2009.

OLIVEIRA, Ana Maria Silva. IRMANDADE DA BOA MORTE: A filosofia da ancestralidade como mecanismo de resistência à subalternidade feminina. **Revista Observatório da Diversidade Cultural**. Belo Horizonte, v. 3, n. 1, 2016.

PEREIRA, Vanessa do Nascimento; OLIVEIRA, Flávia Aelo de; GOMES, Nadirlene Pereira; COUTO, Telmara Menezes; PAIXÃO, Gilvânia Patrícia do Nascimento. Abortamento induzido: vivência de mulheres baianas. **Saúde e Sociedade**. São Paulo, v. 21, n. 4, p. 1056 – 1062, dez., 2012.

Recebido: 31/01/2019.

Aprovado: 03/02/2020.

DOI: 10.3895/cgt.v13n42.9487.

Como citar: RIBEIRO, Denize de Almeida. Um ponto de vista feminista negro sobre o aborto. **Cad. Gên. Tecnol.**, Curitiba, v. 13, n. 42, p. 369-383, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt>. Acesso em: XXX.

Correspondência:

Denize de Almeida Ribeiro

Vila Residencial Eduardo Macedo, São Felix, Bahia, Brasil.

Direito autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

